COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A FORMAÇÃO DOS VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL, A ATUAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) NA AUTORIZAÇÃO DOS REAJUSTES E REPOSICIONAMENTOS TARIFÁRIOS A TÍTULO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ESCLARECER OS MOTIVOS PELOS QUAIS A TARIFA MÉDIA DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL SER MAIOR DO QUE EM NAÇÕES DO CHAMADO G7, GRUPO DOS 7 PAÍSES MAIS DESENVOLVIDOS DO MUNDO

## REQUERIMENTO Nº , DE 2009

(Do Sr. Alfredo Kaefer)

Requer a realização de audiência pública para debater a proposta de acordo firmado entre o Brasil e o Paraguai sobre as condições de compra da parcela excedente da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.

#### Senhor Presidente:

Requeremos, com base no art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Vossa Excelência, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, com objetivo de debater a proposta de acordo firmado entre o Brasil e o Paraguai, sobre as condições de compra da parcela excedente da energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Neste sentido, requeremos que sejam convidados os seguintes debatedores:

### 1. José Antonio Muniz

Presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobrás

# 2. Jorge Miguel Samek

Diretor-Geral Brasileiro da Usina Hidrelétrica de Itaipu

### 3. Embaixador Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro do Ministério das Relações Exteriores

## 4. Ministro Edison Lobão

Ministro de Estado do Ministério de Minas Energia

### **JUSTIFICATIVA**

Este requerimento tem como finalidade esclarecer os termos do acordo, a fim de estabelecer uma maior transparência no acordo firmado com o país vizinho - Paraguai. Ademais, temos o dever constitucional de resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Por fim, é notável que tal tema demanda um debate mais aprofundado, pois trata de matéria de relevante interesse público, razão pela qual requeremos, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública, em data a ser agendada o mais breve possível.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado Alfredo Kaefer